

## 1. Informações Gerais

**Data:** 20/02/2025

**Horário:** 14h00

**Local:** híbrido- presencial/teams – sala F301

### Participantes/Representantes:

- Dr. Gabriel da Silveira Matos – Secretário de Estratégia e Projetos;
- Dra. Adriana Alves dos Santos Cruz – Secretária-Geral;
- Dra. Leila Correia Mascarenhas Barreto – Assessora-chefe do gabinete da Presidência;
- Dr. Fábio César dos Santos Oliveira – Juiz Auxiliar da Presidência e coordenador do Departamento de Gestão estratégica-DGE;
- Johaness Eck – Diretor-Geral;
- Fabiana Andrade Gomes e Silva – Diretora do Departamento de Gestão Estratégica – DGE;
- Diogo Albuquerque Ferreira – Chefe do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD;
- Gabriela Moreira de Azevedo Soares – Diretora Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ;
- Marina Brazil Bonani – Coordenadora de Governança de Políticas Judiciárias Nacionais;
- Juliana Tonche – representante do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF;
- Mônica David da Sousa – Chefe da Seção de Informações e Avaliação Orçamentária do Poder Judiciário - SEIAO;
- Leonardo Lemes Rosa – Diretor de Projetos – DTI;
- Giselly Siqueira – Secretária de Comunicação Social – SCS;
- Wernne Pereira e Silva – Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF;
- Bruno Cesar de Oliveira Lopes – Secretário de Administração – SAD;
- Luciana Cristina Gomes Coêlho Matias – Secretária de Gestão de Pessoas – SGP;
- Rodrigo Martins Soares – Representante da Corregedoria Nacional de Justiça-CN;
- Marilene de Souza – Assessora-chefe do Gabinete da Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos – CSAC;
- Ronaldo Araújo Pedron – Chefe de Gabinete da Ouvidoria – OUV;
- Lino Comelli Júnior – Assessor-Chefe da Secretaria de Auditoria – SAU;
- Cristina de Oliveira Winckler – Coordenadora do Escritório Cooperativo de Projetos Institucionais – ECP;
- Daniele Smidt Frischknecht – Chefe da Divisão de Apoio à Governança e Inovação da Diretoria Geral – DAGI;
- Adilson Medeiros da Silva – Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do CNJ.

### Facilitadores

- Dr Gabriel da Silveira Matos – Secretário de Estratégia e Projetos;
- Dr.Fábio César dos Santos Oliveira – Juiz Auxiliar da Presidência.

### Equipe Técnica

- Neuma Christina Lopes Nunes – Chefe da Seção de Planejamento Institucional.

**Plataforma Teams:**

Sandro da Pádua Ribeiro;  
Roselaine da Silva Gomes;  
Renata Lícia Gonçalves de Santana Alves;  
Igor Caires Machado;  
Gabriel da Silva Oliveira;  
Maria Lucia Ramos Ventura Lagasse;  
Jeane Dias Pinheiro;  
Cristianna Duarte Fernandes Bittencourt;  
Lois Kathleen Ribeiro Batista;  
Patrícia Fernanda Pinheiro de Araujo;  
João Darc Ramos de Oliviera;  
Priscila Alberti Leite;  
Saulo Augusto Félix de Araújo Serpa;  
Antônio Mário Lúcio de Oliveira Junior;  
Marcos Vinícius Silva Campos;  
Thais Martins Bosch;  
Maria Eduarda Batista Alves;  
Thaislana Marina Lima dos Santos;  
Renata Maroja Stochiero;  
Rodrigo Miguel Sousa;  
Pedro Farage Assunção;  
Fernanda Fleury Brandão;  
Júlia Aguiar Coutinho Benedetti;  
Gabriela Teixeira da Cunha Lobo;  
Antonio Ferreira de Melo Filho;  
Thais Oliveira de Sousa;  
Juliana Almeida Costa Cronemberger;  
Priscila Schubert da Cunha Canto;  
Baruc Machado Gama;  
Alexandre Pinto Vieira de Paula;  
Daniela Rodrigues Nunes do Nascimento;  
Gustavo Araújo de Moraes;  
João Marcelo Esteves Lima;  
Eduardo Campos Gomes;  
Meg Gomes Martins de Ávila;  
Alana Oliveira Viana;  
Diogo da Silva França;  
Gleiciane de Sousa Lima;

**Usuários não verificado pela plataforma teams:**

Glaucineia;  
Adriana;  
Rogério Lima

**Participantes presenciais:**

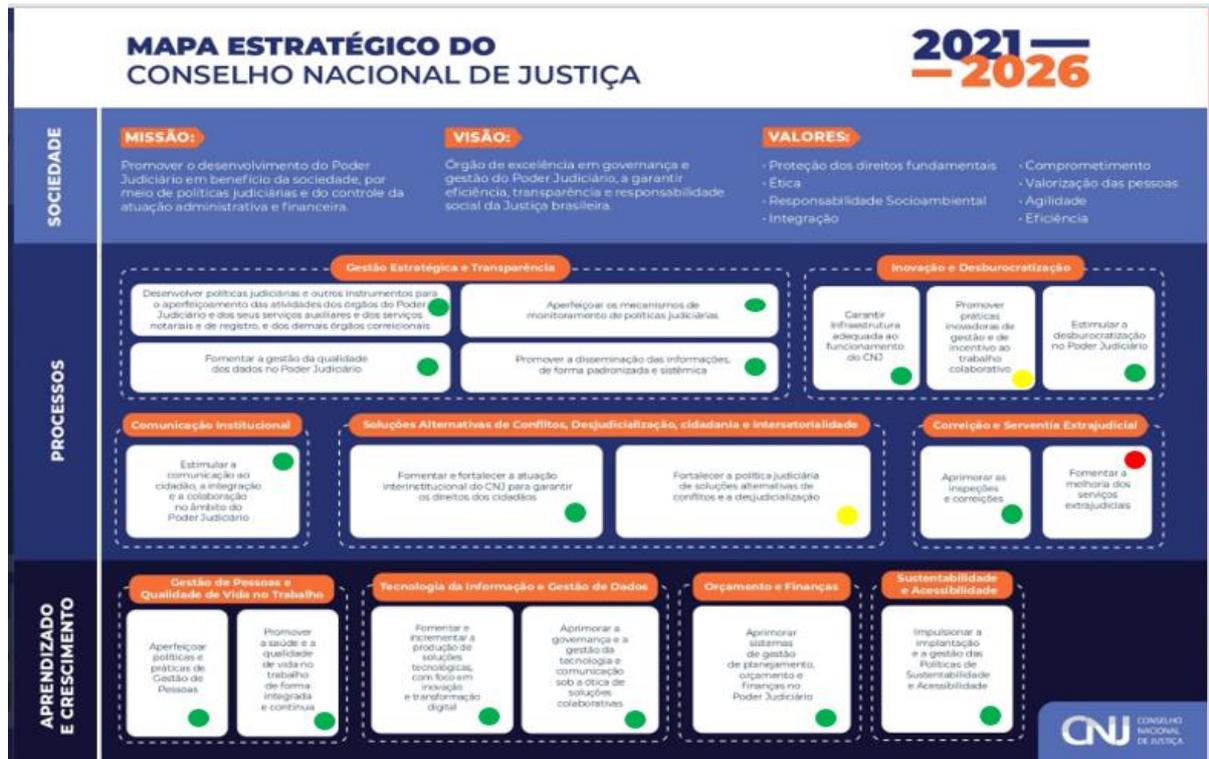
Ronaldo Alves da Silva;  
Caio Henrique f. da Silva

## 1. Abertura

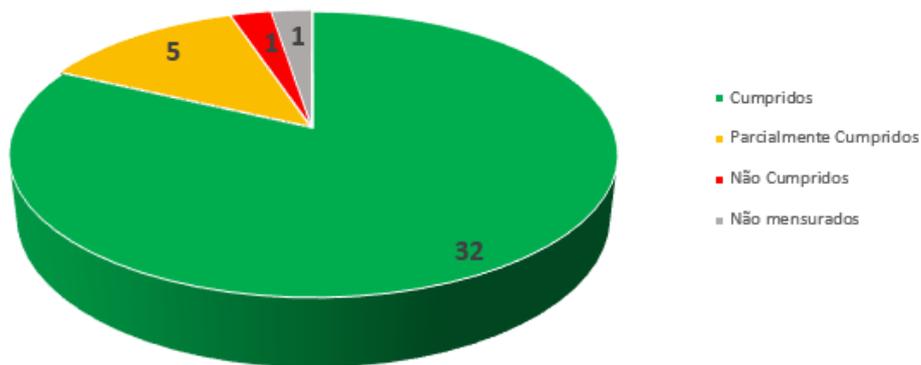
A reunião foi iniciada pela Dra. Adriana Alves dos Santos Cruz, Secretária-Geral, que destacou as ações da gestão atual, tais como a aquisição da sede e o concurso. Na sequência, Dr. Fábio César dos Santos Oliveira, Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador do DGE, fez agradecimentos a todos, em especial à Dra. Adriana. Informou o objetivo da reunião de avaliar o desempenho do ano de 2024 e apresentar propostas para o ano de 2025. Destacou a evolução da estratégia desde 2021 observando os resultados apurados dos 18 objetivos estratégicos, que em 2024, tem 15 com indicativo de boa execução, dois em atenção e um com resultado insatisfatório. Em 2021, foram oito em atenção, em 2022 foram três e, em 2023, quatro. Deu atenção ao objetivo estratégico “Aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento de políticas judiciárias”, que pela primeira vez foi cumprido, e pontuou a criação da unidade Coordenadoria de Governança de Políticas Judiciárias-COPJ como fator determinante desse resultado. Ressaltou também a aquisição da sede e a realização do segundo concurso do CNJ. Após, Dr. Gabriel da Silveira Matos, Secretário de Estratégia e Projetos- SEP, citou que é o último ano da gestão atual e que há muitas entregas a serem feitas. Por fim, passou a palavra para Adilson Medeiros da Silva, Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do CNJ – DIGE.

## 2. Resultados Consolidados

Adilson Medeiros da Silva, apresentou o panorama geral dos resultados.

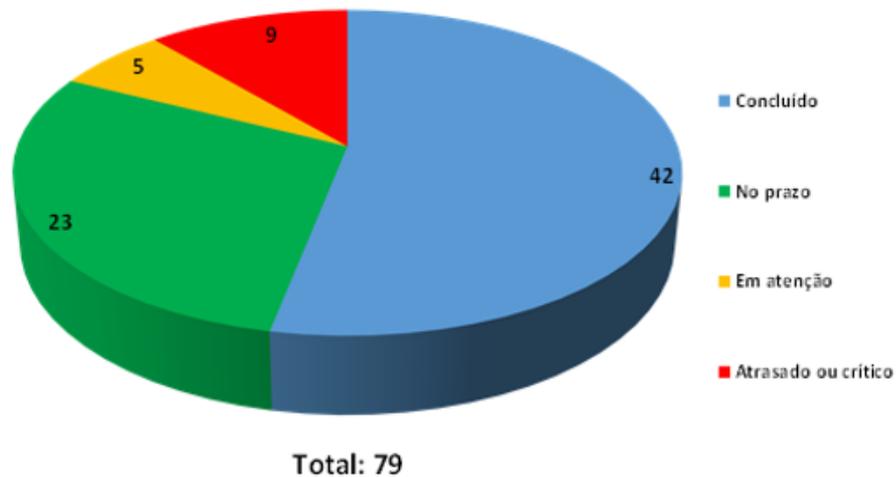


### Panorama Geral dos Indicadores Estratégicos Dezembro 2024



Total: 39

### Panorama Geral dos Projetos Institucionais Dezembro de 2024



## 3. Apresentações das Unidades

### 3.1 Presidência

Dra. Leila Correia Mascarenhas Barreto – Assessora-chefe do Gabinete da Presidência- também pontuou a aquisição da sede e a realização do concurso como grandes realizações da gestão em 2024. Deu destaque à criação da COPJ e apresentou as principais ações previstas para 2025. Sobre o treinamento para o sistema de governança de PJNP observou o trabalho intenso feito em 2024 junto aos gabinetes para entendimento do papel da COPJ e anunciou a primeiro RAP de 2025 que será em 13 de março. Sobre o sistema integra, entregue no Encontro Nacional, ressaltou a ampliação da divulgação do sistema e ações de treinamento. Também anunciou uma nova capacitação de Políticas Judiciárias, projeto realizado junto com a UNB em 2024. Ao final frisou o pedido de colaboração de todas e todos.

## PRINCIPAIS PROJETOS E AÇÕES - COPJ

Entrega do sistema de governança de Políticas Judiciárias Nacionais Programáticas - PJNP

Criação do manual de uso do sistema de governança de PJNP

Treinamento para o sistema de governança de PJNP

Planejamento de 2 novos módulos de capacitação em gestão de PJNP

Mapeamento das atividades das Comissões Permanentes e construção de Painel interno

Melhorias no Painel de Governança de PJNP

Realização das Reuniões de Acompanhamento de Políticas (RAP)

## PRINCIPAIS PROJETOS E AÇÕES - SERES

Oficinas de capacitação interna (CNU) - INTEGRA

Capacitação para os tribunais - INTEGRA

Sensibilização sobre o INTEGRA

Divulgação do treinamento para os tribunais

### 3.2 Secretaria-Geral

Dra. Adriana falou das principais ações para 2025 e explicou que o sistema integra também é acompanhado pela Secretaria-Geral porque dialoga com todos os outros setores e reduz a tramitação dos documentos entre tribunais e CNJ. Lembrou que o Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, projeto em parceria com o gabinete da Conselheira Daiane, é prioritário para o Ministro Barroso. Abordou o Formulário Rogéria, voltado à comunidade LGBTQIA+, construído ainda na gestão da Ministra Rosa, que estará disponível aos juízes na PDPJ. Noticiou a existência de um espaço permanente para discutir esta política, um fórum coordenado pela Conselheira Renata Gil. Acerca do Pacto pela Equidade Racial no Poder Judiciário, oriundo também da gestão da Ministra Rosa, destacou o programa de bolsas e a orientação do Ministro Barroso para garantir a competitividade dos candidatos. Dentro deste contexto, citou a iniciativa do gabinete do Conselheiro Alexandre, que é o grupo de trabalho de memória da escravidão e da liberdade. Explanou ainda sobre os Exames Nacionais da Magistratura e dos Cartórios e o Programa Justiça Plural, que é uma contratação do PNUD, visando desenvolvimento de projetos de direitos humanos.

## Principais ações da Secretaria-Geral - 2025

- Acompanhamento da conclusão dos projetos prioritários da gestão MLRB em parceria com as áreas responsáveis. Destacam-se:

Iniciativa	Ênfase	Unidades Corresponsáveis/Parceiras
1. Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples	<ul style="list-style-type: none"><li>• Implementação no CNJ</li><li>• Acompanhamento Nacional</li></ul>	<u>Gab.</u> Conselheira Daiane Lira Sec. Comunicação Social - SCS
2. Serviço Integra	<ul style="list-style-type: none"><li>• Capacitação de usuários para utilização e a implementação da primeira fase (Portaria Presidência nº 389/ 2024).</li></ul>	Gestor Negocial: Dr. Marcel Corrêa Seção de Acompanhamento das Resoluções e Recomendações – SERES
3. Formulário Rogéria	<ul style="list-style-type: none"><li>• Implantação na PDPJ</li></ul>	<u>Gab.</u> Conselheira Renata Gil SG - Dr. Marcel Corrêa
4. Equidade Racial no Poder Judiciário	<ul style="list-style-type: none"><li>• Programa CNJ de Bolsas para Magistratura</li><li>• Metas do Programa Nacional de Promoção da Eq. Racial</li></ul>	<u>Gab.</u> da Presidência <u>Gab.</u> Conselheiro Schoucair / FONAER SG - Dra. Adriana Cruz, Juízas Aux. Dras. Karen Luise, Wanessa Araújo Escritório Corporativo de Projetos - ECP
5. Exames Nacionais da Magistratura e dos Cartórios	<ul style="list-style-type: none"><li>• ENAM – 3ª Edição</li><li>• ENAC – 1ª Edição</li></ul>	<u>Gab.</u> da Presidência Corregedoria Nacional de Justiça
6. Programa Justiça Plural	<ul style="list-style-type: none"><li>• Estruturação e primeiras entregas</li></ul>	Gestoras: SG Dra. Adriana Cruz e Juíza Aux. Dra. Karen Luise PNUD

### 3.3 Secretaria de Estratégia de Projetos

Dr. Gabriel enumerou projetos ligados diretamente ao gabinete da SEP, dentre eles:

i. Execuções fiscais e redução do acervo nacional de execuções fiscais, que envolve articulações com juízos, com o Poder Executivo e procuradorias; ii. Justiça 4.0; iii. Justiça Restaurativa; iv. Área da infância; v. Trabalho infantil. vi. SISPREQ; vii. Apoio nas políticas de gênero e violência doméstica; viii. Itinerância na Amazônia e previdenciário; ix. Regularização fundiária. Ao final, questionou o representante da CN sobre o resultado do objetivo estratégico que trata a questão do extrajudicial.

### 3.4 Diretoria Geral

Dr. Johanness Eck, Diretor-geral, citou a aquisição da sede e observou que algumas oportunidades têm que ser aproveitadas, mesmo não tendo sido registradas nos indicadores. Após, falou sobre as principais ações para 2025. Sobre a sustentabilidade orçamentária e financeira, abordou a necessidade de dar uma solução de longo prazo aos serviços prestados a outros órgãos. Acerca da inserção de IA nos processos administrativos pontuou que esses processos precisam ser mais

céleres. Sobre a posse dos novos servidores, informou que se dará no âmbito de um novo programa de estágio probatório, que traz algumas inovações.

PRINCIPAIS AÇÕES DA DIRETORIA-GERAL PARA 2025
Implantar modelo de sustentabilidade orçamentária e financeira do CNJ (parceria SEP)
Inserção de IA nos processos administrativos (parceria DTI)
Posse, formação de 54 novos servidores e implementação do novo Programa de Estágio Probatório do CNJ

### 3.5 Corregedoria Nacional de Justiça – projetos 2025

Rodrigo Martins Soares – Representante da Corregedoria Nacional de Justiça-CN- em esclarecimento ao Dr. Gabriel, informou que os indicadores que compuseram a estratégia em 2024 foram formulados pela equipe do Ministro Salomão, e que, ainda naquela gestão, alguns projetos foram descontinuados, afetando o resultado apurado do objetivo estratégico que trata do extrajudiciário. Acrescentou que em 2025 esses indicadores serão reformulados. Na sequência, citou ações para 2025: i. reformulação do programa “Registre-se” para ampliar o público alvo e se alinhar à justiça itinerante. Este programa objetiva fornecer certidão de nascimento a vulneráveis; ii. Nacionalização da Política Judiciária do Programa Novos Caminhos, que visa empregabilidade de jovens acolhidos institucionalmente. Para este fim planejam promover um encontro, criar um prêmio e a criar um grupo para articulação institucional; iii. Criação do prêmio Solo Seguro da Amazônia Legal para a corregedoria que melhor atuar dentro do programa; iv. Semanas Nacionais de esforço concentrado (Solo seguro favela, Programa um só coração); v. Lançamento do SERP cidadão para o cidadão usar o sistema a fim de obter seus registros; vi. FONACOR, serão realizados pelo menos dois em 2025; vii. Prêmio Corregedoria Ética; viii. Exame Nacional dos Cartórios- ENAC que é uma grande inovação com caráter eliminatório para garantir uma base segura de candidatos.

### 3.6 Departamento de Gestão Estratégica - DGE

Fabiana Andrade Gomes e Silva, Diretora do Departamento de Gestão Estratégica-DGE, iniciou explicando a importância do indicador *Índice de cumprimento das metas nacionais*, uma forma de acompanhar a Estratégia Nacional, a qual é uma importante política que dá diretrizes para outras políticas e atividades dos órgãos do Poder Judiciário. Explicou que em 2024 houve aprimoramento solicitado pelo Ministro Barroso para intensificar o cumprimento da meta 2, o que afetou o resultado. Informou ainda, que haverá um ciclo de gestão de metas nacionais para os tribunais que estão com indicativo insatisfatório nas metas 1, 2 e 3. Citou também o aprimoramento do painel de metas nacionais e o aprimoramento da fórmula do indicador. Agradeceu às demais unidades pelo atingimento do resultado de 97% do indicador *Índice de melhorias implementadas em processos prioritários* e pontuou que o Plano de Logística Sustentável-PLS, o qual teve acréscimo de cinco indicadores relacionados à política de gênero, por fim, ressaltou a questão de impressões.

Indicador	Expectativa dezembro	Realizado dezembro	Desempenho
Índice de Cumprimento das Metas Nacionais	75,0%	57,8%	77,1%
Índice de eficácia do Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário	90,0%	92,6%	102,9%
Índice de melhorias implementadas em processos prioritários	100,0%	97,0%	97,0%
Índice de Execução do Plano de Logística Sustentável	86,0%	80,0%	93,0%

### 3.7 Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário - CEAJUD

Diogo Albuquerque Ferreira, Chefe do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD, apresentou os resultados dos indicadores pontuando os novos cursos demandados pelo Justiça 4.0 e que estão impulsionando

os resultados. Sobre as dificuldades, registrou as urgências das demandas entrantes e o ambiente virtual. Para 2025, informou a continuidade da oferta de cursos, o lançamento de um espaço onde os tribunais possam compartilhar seus cursos, a Escola Virtual da Justiça, e um novo filtro de avaliação de atendimento de demandas que analisará se as capacitações são voltadas ao cumprimento de resoluções do CNJ.

<b>Nº</b>	<b>Indicador</b>	<b>Expectativa dezembro</b>	<b>Realizado dezembro</b>	<b>Desempenho</b>
<b>31</b>	Índice de Capacitação do Poder Judiciário nas Competências Estratégicas	15,0%	16,4%	<b>109,3%</b>
<b>32</b>	Índice de Capacitação dos gestores do Poder Judiciário em capacitações gerenciais	8,0%	10,2%	<b>127,8%</b>

### **3.8 Secretaria de Comunicação Social – SCS**

Giselly Siqueira, Secretária de Comunicação Social-SCS, comentou o bom resultado do indicador 30 e, sobre o indicador 28, informou que estão analisando um aprimoramento para 2025. Pontuou que o CNJ alcançou o primeiro lugar no ranking de engajamento de instituições públicas do Judiciário em 2024. Sobre ações para 2025, noticiou as comemorações dos 20 anos do CNJ.

<b>Nº</b>	<b>Indicador</b>	<b>Expectativa dezembro</b>	<b>Realizado dezembro</b>	<b>Desempenho</b>
<b>28</b>	Índice de promoção e repercussão das ações de comunicação social com a sociedade	100,0%	100,0%	<b>100,0%</b>
<b>30</b>	Índice de Satisfação com a Comunicação Interna	76,0%	89,0%	<b>117,1%</b>

### 3.9 Divisão de Apoio à Governança e Inovação da Diretoria-Geral - DAGI

Daniele Smidt Frischknecht, Chefe da Divisão de Apoio à Governança e Inovação da Diretoria Geral – DAGI, mencionou que 2024 foi um ano histórico pela realização do concurso e aquisição da sede, como também pela consolidação das atividades da coordenadoria de controle interno e gerenciamento de riscos. A seguir discorreu sobre os trabalhos realizados: 25 análises de riscos de contratações; atualizações de normativos de alto impacto institucional; apoio à SOF na implementação do sistema de informações gerenciais da execução orçamentária; apoio à SGP no planejamento da contratação do sistema de gestão de pessoas. Ressaltou que o indicador não refletiu corretamente as atividades e que o resultado foi devido a duas ações não realizadas: implementação do módulo de diárias e passagens, que ficará para o sistema a ser adquirido, e a política de governança e gestão de aquisições, que será postergada, visando outras prioridades, uma vez que o processo de contratações está bem normatizado. Finalizou relatando que o indicador será aprimorado.

Nº	Indicador	Expectativa dezembro	Realizado dezembro	Desempenho
3	Índice de execução das ações estratégicas da Diretoria-geral	100%	83,1%	83,1%

### 3.10 Ouvidoria - OUV

Ronaldo Araújo Pedron, Chefe de Gabinete da Ouvidoria – OUV, informou que, mesmo tendo metas ousadas, a ouvidoria tem conseguido manter os padrões de atendimento e alcançado as metas. Ressaltou o aumento da demanda, que em 2024 foi de 38% em relação ao ano anterior, valor acima do esperado. Estão investigando as razões para repensar as rotinas e estrutura da unidade e endereçar os problemas. Informou que a morosidade processual tem crescido no câmputo geral e que analisaram alguns tribunais que estão nesta situação. Dr. Gabriel e Dra. Adriana sugeriram repassar essas informações para análise dos tribunais.

<b>Nº</b>	<b>Indicador</b>	<b>Expectativa dezembro</b>	<b>Realizado dezembro</b>	<b>Desempenho</b>
<b>8</b>	Atendimento da Ouvidoria	93,0%	98,2%	<b>105,6%</b>
<b>9</b>	Satisfação com o atendimento da ouvidoria	74,0%	67,2%	<b>90,8%</b>

### **3.11 Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF**

Wernne Pereira e Silva – Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade - SOF, observou que, mesmo os resultados sendo positivos, não refletem os esforços que foram necessários para serem alcançados. Lembrou que os aportes são feitos no âmbito na alta administração e destacou o trabalho da equipe da SOF e da SAD. Sobre o indicador 39, pediu aos gestores que antecipem as ações. Dr. Gabriel complementou ressaltando a atuação do Dr. Frederico Montedonio Rego, juiz-auxiliar da Presidência.

<b>Nº</b>	<b>Indicador</b>	<b>Expectativa dezembro</b>	<b>Realizado dezembro</b>	<b>Desempenho</b>
<b>38</b>	Captação de recursos adicionais ao orçamento do CNJ	20,0%	130,6%	<b>653,0%</b>
<b>39</b>	Execução das despesas primárias do CNJ	97,0%	99,96%	<b>103,1%</b>

### **3.12 Secretaria de Administração - SAD**

Bruno Cesar de Oliveira Lopes, Secretário de Administração – SAD, noticiou que as metas foram atingidas e agradeceu a atuação da equipe da SAD na realização do projeto de aquisição da sede. Dr. Johaness complementou ressaltando a participação do Dr. Gabriel, da Dra. Leila e da Dra. Adriana no projeto de aquisição.

<b>Nº</b>	<b>Indicador</b>	<b>Expectativa dezembro</b>	<b>Realizado dezembro</b>	<b>Desempenho</b>
<b>19</b>	Satisfação dos usuários com a estrutura física do CNJ	88,3%	89,0%	<b>100,8%</b>
<b>20</b>	Satisfação dos usuários com os serviços internos prestados no âmbito da Secretaria de Administração	88,3%	89,0%	<b>100,8%</b>

### **3.13 Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP**

Luciana Cristina Gomes Coêlho Matias, Secretária de Gestão de Pessoas – SGP, apresentou os resultados dos indicadores dos quais três conseguiram alcançar a meta e um não alcançou. Sobre o indicador em atenção, que diz respeito à capacitação dos gestores, pediu apoio desses e informou que a SEDUC em 2024 ofertou 11 ações de capacitações no âmbito do PDL. Informou, ainda, que em 2025 se inicia um novo biênio do PDL e listou ações que serão ofertadas: documentos digitais acessíveis, nos dias 5 e 12 de maio; Políticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral, assédio sexual e discriminação, que é autoinstrucional, e PDL para alta gestão, no segundo semestre. Trouxe ainda a informação de que o número de gestores aumentou em decorrência da alteração na estrutura. Em relação à capacitação dos servidores, observou que houve melhora em relação a 2023. Acrescentou que, além das formações ofertadas pela SEDUC, há algumas indicadas da ENAP. Pontuou a necessidade de reforço do quadro de pessoal e noticiou o processo de movimentação interna.

<b>Nº</b>	<b>Indicador</b>	<b>Expectativa dezembro</b>	<b>Realizado dezembro</b>	<b>Desempenho</b>
<b>33</b>	Índice de Capacitação dos Servidores do CNJ	40,0%	45,8%	<b>114,5%</b>
<b>34</b>	Índice de Capacitação dos Gestores do CNJ	50,0%	31,9%	<b>63,8%</b>
<b>35</b>	Avaliação das capacitações realizadas	76,0%	90,0%	<b>118,4%</b>
<b>36</b>	Satisfação quanto às ações de saúde e QVT	89,0%	94,2%	<b>105,8%</b>

### **3.14 Departamento de Pesquisas Judiciárias - DPJ**

Gabriela Moreira de Azevedo Soares – Diretora Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ, mencionou que a unidade tem três grandes frentes: memória e gestão documental, pesquisa e dados. Sobre os indicadores deu ênfase ao indicador 7 que diz respeito ao DATAJUD, cuja consistência tem aumentado. Citou que vários painéis estão disponibilizados e que 2024 foi um ano de consolidação. Ao final, agradeceu o apoio para realização do Prêmio CNJ de Qualidade.

<b>Nº</b>	<b>Indicador</b>	<b>Expectativa dezembro</b>	<b>Realizado dezembro</b>	<b>Desempenho</b>
<b>4</b>	Índice de realização de pesquisas e painéis	90,0%	85,0%	<b>94,4%</b>
<b>7</b>	Indicador de nível de consistência médio dos tribunais no painel de qualificação do DataJud	75,0%	84,1%	<b>112,1%</b>
<b>10</b>	Índice de divulgação das informações primárias de pesquisa em formato aberto e não proprietário	100,0%	100,0%	<b>100,0%</b>

### 3.15 Departamento de Acompanhamento Orçamentário - DAO

Mônica David da Sousa – Chefe da Seção de Informações e Avaliação Orçamentária do Poder Judiciário - SEIAO, reforçou que o indicador é considerado um indicador de transparência porque acompanha a publicação de dados orçamentários dos tribunais. Citou que são publicações que devem ser feitas por determinação de resoluções do CNJ ou de leis. Sobre dificuldades citou a localização das informações, pela falta de padronização.

Nº	Indicador	Expectativa dezembro	Realizado dezembro	Desempenho
37	Índice de Publicações das Informações Orçamentárias dos Tribunais	95,0%	100,0%	105,3%

### 3.16 Coordenadoria de Governança de Políticas Judiciárias Nacionais - COPJ

Marina Brazil Bonani, Coordenadora de Governança de Políticas Judiciárias Nacionais, destacou o trabalho feito pela unidade junto aos gabinetes. Em relação aos resultados, informou que houve um aumento significativo de preenchimento de formulários de planejamento. Em relação a 2025, esclareceu que haverá aumento das metas. Pontuou a importância do fornecimento do planejamento no processo de transição da gestão. Para aprimorar o cenário, a COPJ definiu fluxos de trabalho, organizou as informações dentro das ferramentas, fortaleceu governança das políticas com uso das ferramentas. Citou ainda a criação de sistema, qualificação contínua, ampliação do diálogo com os gabinetes.

<b>Nº</b>	<b>Indicador</b>	<b>Expectativa dezembro</b>	<b>Realizado dezembro</b>	<b>Desempenho</b>
<b>5</b>	Índice de monitoramento de indicadores de políticas judiciárias nacionais	50,0%	58,3%	<b>116,6%</b>
<b>6</b>	Índice de planejamento de políticas judiciárias nacionais	50,0%	55,6%	<b>111,2%</b>

### **3.17 Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF**

Juliana Tonche, representante do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF, fez agradecimentos a todos os envolvidos no Plano Pena Justa. Destacou a incorporação dos projetos do Fazendo Justiça ao ECP, que requer adaptação das metodologias de acompanhamento e alertou sobre a necessidade de alteração do indicador em 2025. Citou as cinco frentes que compõem o indicador com os respectivos resultados alcançados: SEEU – 100%; monitoração eletrônica e audiência de custódia – 75%; Fomento ao trabalho e renda no sistema prisional e para população egressa do sistema prisional - frente – 98%; socioeducativo - 85%; comitês de políticas penais – 100%. Na sequência enumerou algumas ações das frentes, tais como: desenvolvimento do painel de informações sobre as medidas diversas da prisão; conclusão do 4º e do 5º ciclos de capacitação do SEEU; 3º e 4º ciclos de capacitação nacional de identificação civil e emissão de documentos para pessoas privadas de liberdade; articulações para acordo de cooperação técnica com a Paraíba, Acre e Mato Grosso; elaboração de guias metodológicos em matéria de violência doméstica e crimes relacionados a lei de drogas; elaboração de cartilha de orientações para o fomento de ações voltadas a inserção sociolaboral do público prisional; elaboração da cartilha de inspeções judiciais; lançamento do painel de BI do cadastro nacional de inspeções de unidades e programas socioeducativos;

formalização de comitês de políticas penais em Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima, São Paulo e Tocantins.

<b>Nº</b>	<b>Indicador</b>	<b>Expectativa dezembro</b>	<b>Realizado dezembro</b>	<b>Desempenho</b>
<b>14</b>	Índice de Implementação das Iniciativas que Promovam os Direitos de Cidadania	100,0%	91,6%	<b>91,6%</b>

### **3.18 Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTI**

Leonardo Lemes Rosa, Diretor de Projetos do DTI, informou que todos os indicadores atingiram a meta, que o indicador 15 foi aperfeiçoado em 2024 e que será mantido em 2025, mas estão em análise para construir um indicador que represente o DTI de uma forma mais genérica. Sobre os indicadores 16 e 17, que são medidos anualmente, informou que pretendem reavaliá-los. Sobre os sistemas críticos, informou que são 30.

<b>Nº</b>	<b>Indicador</b>	<b>Expectativa dezembro</b>	<b>Realizado dezembro</b>	<b>Desempenho</b>
<b>15</b>	Engajamento dos usuários na plataforma Connect-Jus	1800,0	1977,7	<b>109,9%</b>
<b>16</b>	Índice de satisfação dos usuários de TIC	91,0%	90,2%	<b>99,1%</b>
<b>17</b>	Evolução do Perfil de Governança de TI – iGovTIC-JUD	80,1	83,8	<b>104,6%</b>
<b>18</b>	Índice de serviços críticos com gestão de risco	60,0%	96,0%	<b>160,0%</b>

### **3.19 Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos - CSAC**

Marilene de Souza – Assessora-chefe do Gabinete da Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos – CSAC, informou que não conseguiram realizar a

tempo o Prêmio Conciliar é Legal porque praticamente não houve inscrições e o prazo foi prorrogado, o que impactou o cronograma de análise pelo DGE. Observou que talvez o modelo esteja exaurido e noticiou que a premiação mudará de formato. Em complemento, pontuou a mudança de gestão em 2024. Dr. Fábio acrescentou que talvez seja necessário fazer análise dos critérios uma vez que a política já está consolidada.

<b>Nº</b>	<b>Indicador</b>	<b>Expectativa dezembro</b>	<b>Realizado dezembro</b>	<b>Desempenho</b>
<b>40</b>	Índice de implementação das Iniciativas que Promovam a Política de Soluções Adequadas de Conflitos	100,0%	89,5%	<b>89,5%</b>

### **3.20 Secretaria de Auditoria - SAU**

Lino Comelli Júnior – Secretario de Auditoria – SAU, explicou que o indicador 22 alcançou 54 KPAs. Após, informou o resultado do indicador 23. Sobre o indicador 24 destacou que a ação coordenada em 2024 foi na política de participação institucional feminina no Poder Judiciário. Comunicou, ainda, que em 2025 a ação será gestão e destinação das prestações pecuniárias e multas decorrentes de condenações criminais, o que deve reduzir o número de tribunais pois a justiça do trabalho será excluída. Acerca do indicador 25, noticiou que não foi avaliado porque não foi possível sumarizar os resultados.

Nº	Indicador	Expectativa dezembro	Realizado dezembro	Desempenho dezembro
22	Índice de evolução da maturidade dos processos de auditoria	80,0%	70,1%	87,7%
23	Índice de qualidade dos trabalhos de auditoria e consultoria	90,0%	93,4%	103,8%
24	Índice de adesão às ações coordenadas de Auditoria	98,0%	99,0%	101,0%
25	Índice de qualidade dos resultados das ações coordenadas de auditoria	90,0%	0,0%	Não mensurado

### 3.21 Corregedoria Nacional de Justiça – CN

Rodrigo Martins Soares, representante da Corregedoria Nacional de Justiça-CN, explicou o indicador 2 que acompanha os gabinetes de tribunais que estão com dificuldade de cumprimento das metas nacionais 1 e 2. A seguir explanou o indicador 11, com foco no sistema nacional de adoção e acolhimento. Citou o cumprimento do indicador 12 que acompanha o plano de inspeções e informou que para o primeiro semestre de 2025 já existem 9 inspeções programadas. Quanto ao indicador 13, noticiou que o SERP foi terminado e as outras duas ações foram descontinuadas na gestão anterior.

<b>Nº</b>	<b>Indicador</b>	<b>Expectativa dezembro</b>	<b>Realizado dezembro</b>	<b>Desempenho</b>
<b>2</b>	Índice de execução do plano de acompanhamento das unidades judiciais	100,0%	100,0%	<b>100,0%</b>
<b>11</b>	Índice de implantação das iniciativas que aprimorem as inspeções e correções	100,0%	300,0%	<b>300,0%</b>
<b>12</b>	Índice de Execução do Plano de Inspeções	100,0%	100,0%	<b>100,0%</b>
<b>13</b>	Índice de execução das ações de fomento à melhoria dos serviços extrajudiciais	100,0%	48,3%	<b>48,3%</b>

### **3.22 Escritório Corporativo de Projetos**

Cristina de Oliveira Winckler, Coordenadora do Escritório Cooperativo de Projetos Institucionais – ECP, lembrou o acesso à metodologia e aos modelos adotados pelo ECP. Na sequência, apresentou dados consolidados sobre o portfólio institucional, com diferentes recortes (objetivos estratégicos, macrodesafios, políticas judiciárias, unidades patrocinadoras, unidades gestoras). Após, apresentou alguns projetos em curso, a lista dos projetos concluídos e os previstos para 2025.



## Escritório Corporativo de Projetos Institucionais – ECP

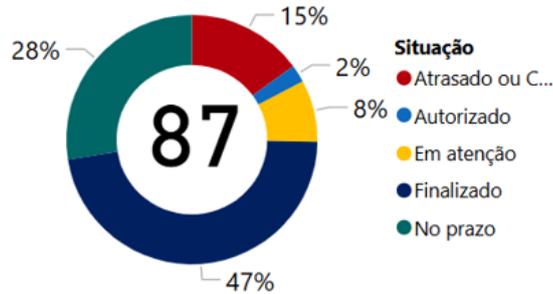
O Escritório Corporativo de Projetos Institucionais – ECP é unidade técnica vincu Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica que tem entre suas atribuições administração, subsidiar a tomada de decisão, acompanhar os projetos institucionais estratégicos e oferecer suporte metodológico no gerenciamento de projetos. [Conheça nosso Portfólio de Serviços, aqui.](#)

## Evolução

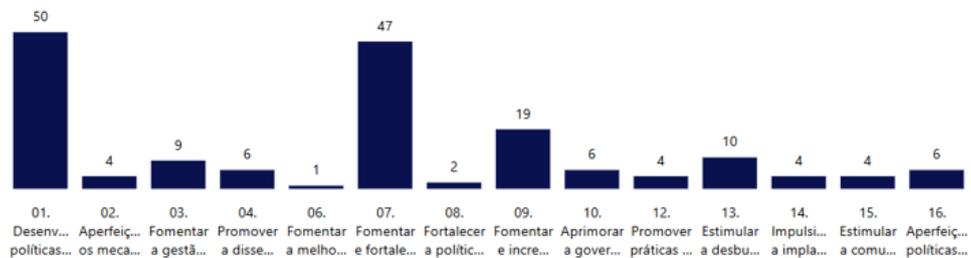


## PORTFÓLIO INSTITUCIONAL

Finalizados	41
No Prazo	24
Em atenção	7
Crítico	13
Autorizado	2



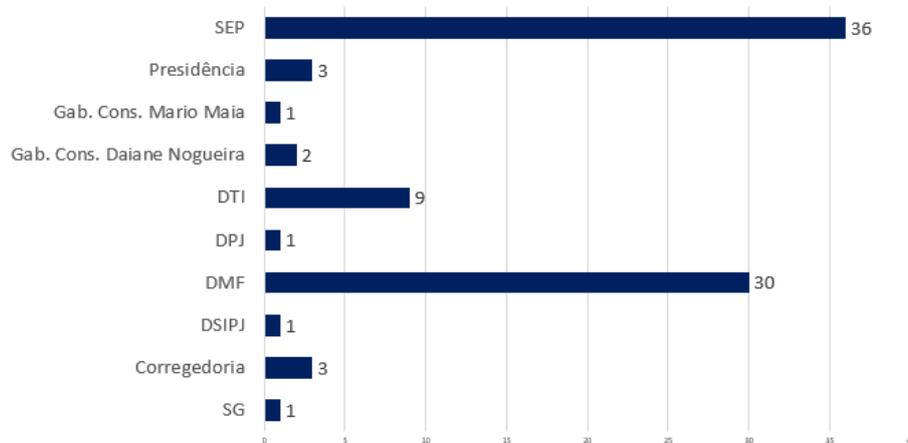
## Objetivos Estratégicos Institucionais



**Macrodesafios da Estratégia Nacional**



## Unidades Patrocinadoras



## Unidades Gestoras

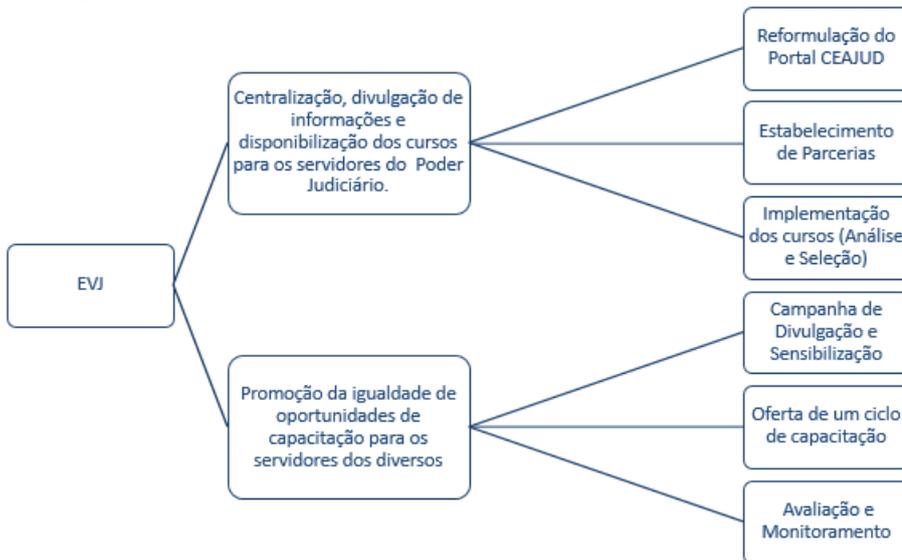


## Execução Fiscal - Automação e Governança \*

- Customização Ple
- Automação - Robôs
- Sisbajud
- Renajud (Tela Consulta)
- Estratégia Implantação Pilotos
- Integração PGFN
- CDA estruturada
- Tornar Fluxo Base Funcionno Servidor
- Fluxo de Sobrestamento
- Fluxo de Suspensão do Artigo 40
- Fluxo de Sobrestamento por Parcelamento
- Fluxo de Penhora de Imóveis
- Fluxo de Arresto de Imóveis
- Fluxo de Tratamento de Citação Postal Negativa
- Fluxo básico processamento Bacenjud
- Fluxo básico processamento Renajud
- Conexão de Todos Os Fluxos com a Base Nacional
- 

## Escola Virtual do Poder Judiciário

**Objeto: Criação da Escola Virtual do Poder Judiciário (EVJ)**



## Diagnóstico sobre a otimização dos processos de trabalho no Poder Judiciário em face da implementação das Políticas Tecnológicas do Programa Justiça 4.0.

 **BALCÃO VIRTUAL**

**JUÍZO 100% DIGITAL**

**Núcleos de Justiça 4.0**



## Programa Novos Caminhos

Resolução n. 543, de 10 de janeiro de 2024



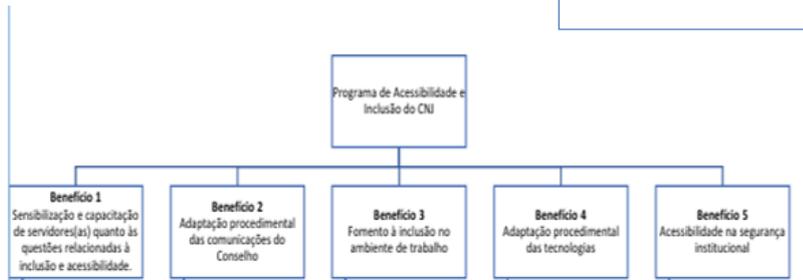
**Objeto:** Detalhar os passos essenciais para a implementação do programa em todos os estados, assegurando que a política pública seja efetivamente aplicada e monitorada.



- **Eixos de atuação**
  - Educação Básica
  - Vida Saudável
  - Empregabilidade
  - Parceria
- **Acordos Firmados**
- **Acordos em andamento**
- **Apoio privado**
- **Plano de Comunicação elaborado**

## Programa de Acessibilidade e Inclusão do Conselho Nacional de Justiça (PAI)

**Objeto:** Promover a mudança da cultura organizacional por meio da implementação das ações e projetos da Política de acessibilidade e inclusão.



- Execução Fiscal - Automação e Governança \*
- Propagar - Inclusão, Acessibilidade, Justiça e Cidadania
- Selo Linguagem Simples



## Projetos Finalizados Programa Justiça 4.0 - 2024



- Diagnóstico sobre a otimização dos processos de trabalho no Poder Judiciário em face da implementação das Políticas Tecnológicas do Programa Justiça 4.0.
- Data Lake
- Delegação de Perfis
- Plano Nacional de Inovação no Poder Judiciário
- Repositório Anticorrupção e Tecnologia do Poder Judiciário
- SNGB - Sistema Nacional de Gestão de Bens
- SNIPER \*
- PMO Jud
- BNMP 3.0 – Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões – Fase 2
- Monitoramento: soluções da PDPJ-Br
- Sinapses 5 - Capacitação Cursos EaD IA
- Aperfeiçoamento funcional em temáticas prioritárias para o CNJ e para Justiça Federal (cursos, capacitações, metodologias e ferramentas)
- Sensibilização e Formação em Integridade e Compliance no Poder Judiciário
- Sirenejud 2.0 \*
- Pesquisa IA 2023 - Mapeamento dos projetos de Inteligência Artificial em desenvolvimento pelos tribunais brasileiros
- Domicílio Judicial Eletrônico \*



## Projetos Finalizados Programa Fazendo Justiça - 2024



- Audiência de Custódia (sistema penal)
- Alternativas Penais (sistema penal)
- Mutirão Processual Penal (sistema penal)
- Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU (sistema penal)
- Atendimento Inicial e Núcleo de Atendimento Integrado (sistema socioeducativo)
- Central de Vagas (sistema socioeducativo)
- Audiência Concentrada (sistema socioeducativo)
- Programa Pós-medida (sistema socioeducativo)
- Ação Nacional de Cultura (sistema socioeducativo)
- Aprendizagem (sistema socioeducativo)
- Plataforma Socioeducativa (sistema socioeducativo)
- Monitoração Eletrônica (sistema penal)
- Populações com Vulnerabilidade Acrescida
- Saúde Mental
- Políticas de Drogas
- Documentação Civil
- Grupo de Monitoramento e Fiscalização - GMF
- Formação e Cultura Institucional
- Plano Nacional de Fomento à Leitura (sistema penal)
- Atenção às Pessoas Egressas e Escritório Social (sistema penal)
- Fortalecimento da Participação Social (sistema penal)
- Comitê de Políticas Penais (sistema penal)

**2025**

---

Pena Justa

---

Programa Nacional de Promoção da Equidade Racial – 2025

---

FAC Nacional (Folha de antecedentes Criminais) – PJ4

---

Programa de Acessibilidade e Inclusão no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (PAI/CNJ)

---

Se renda a Infância -2025

---

Justiça Plural

---

•Fluxo Nacional Automatizado de Execuções Fiscais – PJ4

---

## 4. Considerações Finais

Dr. Fábio agradeceu a todos e reforçou a sinergia promovida pela RAE.